

A LONGA EMERGÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR: RELAÇÕES ENTRE ATIVIDADE AGRÍCOLA, ATORES SOCIAIS E FORMAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NO AGRESTE PARAIBANO.

Marc Piraux, Roberto de Sousa Miranda

RESUMO

No Brasil, o desenvolvimento da agricultura familiar e das atividades produtivas é o resultado das formas de intervenção do Estado, das estratégias dos atores locais e das próprias características físicas das regiões. Para ilustrar a relação entre estes elementos, analisamos a trajetória da agricultura familiar no Agreste paraibano, que, além das particularidades ambientais e sociais, foi objeto de um número de propostas e políticas governamentais. Toma-se como referência um recorte temporal de longo prazo. Destacamos também três períodos que foram importantes na região: o peso da dominação político-fundiária e do mercado internacional da primeira República até o golpe militar (1964), valorizando as culturas de exportação (algodão, sisal, cana-de-açúcar); o fortalecimento da modernização, a pecuarização da região e o processo de concentração fundiária de 1964 até o fim do período militar e, enfim, de 1985 até hoje, com o desenvolvimento de modelos alternativos de produção agrícola. Destacamos o desenvolvimento da agricultura familiar que, entre dinâmicas de retração e expansão, oscilou entre processos de campesinização, descampesinização e recampesinização no meio rural.

Palavras-chave: agricultura familiar; Agreste paraibano; políticas públicas.

THE LONG EVOLUTION OF FAMILY FARMING: RELATIONS BETWEEN AGRICULTURAL ACTIVITIES, STAKEHOLDERS AND STATE INTERVENTION FORMS IN AGRESTE OF PARAIBA.

ABSTRACT

In Brazil, the evolution of small-scale agriculture and productive activities result from State intervention forms, games of local actors and the proper physical characteristics of regions. To illustrate the relationship between these factors, we analyzed the trajectory of small-scale agriculture in Agreste region in Paraíba, in the Northeast of Brazil. This region, beyond the social and ecological specificities, knew a lot of programs and public policies. We analyze these proposals and their consequences on the small-scale agriculture by reference to a long term time periods. We have identifies three periods important in the region: the weight of political land domination and of the international market until the year 1970, valuing the export crops (cotton, sisal, sugar cane), the strengthening of modernization, of livestock and of land concentration from 1964 until the end of the military period and finally, from the 1985s, the development of alternative models of agricultural production. We highlight the evolution of small-scale agriculture oscillating between expansion and contraction in rural areas.

Key words: small-scale farmer; Agreste Brazil; public policies.

Marc Piraux. CIRAD UMR Tetis professor visitante UFCG

Roberto de Sousa Miranda. Doutor em Ciências Sociais, Professor do CCTA/UFCG

INTRODUÇÃO

O Agreste paraibano está situado entre a Zona da Mata e o Sertão. A região, apesar da alta heterogeneidade do ponto de vista de seus recursos naturais e, conseqüentemente, das atividades agrícolas, sempre teve uma grande importância para a circulação dos bens e das pessoas. A aptidão agropecuária agrestina se converteu para a produção de alimentos que abasteciam as populações litorâneas e locais, que passou a crescer significativamente com o surgimento de núcleos urbanos (BONNAL et al, 2007). A produção de alimentos tem como base a agricultura familiar diversificada e inserida no mercado. Historicamente, essa região teve também uma importância na estruturação dos ciclos das atividades agrícolas que ocorreram na região.

A evolução da pequena agricultura nesta região foi condicionada pelas formas de intervenção do Estado e das estratégias dos atores locais. É este fenômeno que pretendemos fazer uma análise histórica referente a um longo período de tempo. Isso é o que nós queremos mostrar neste artigo a partir de uma análise histórica referente a um período de tempo longo. Este estudo é baseado na identificação de momentos críticos que marcaram mudanças importantes na orientação da intervenção do Estado no setor agrícola e no meio rural, bem como as conseqüências destas mudanças. Esses elementos constituem o coração do conceito de dependência do caminho percorrido (MAHONEY, 2001) nas referências teóricas que se inscrevem na corrente institucionalista histórica (NORTH, 1990). Para fornecer elementos de compreensão pertinentes, a análise histórica deve ser realizada num período de tempo que comporta os principais tipos de intervenção do Estado explicativas das políticas públicas atuais. Estimou-se necessário, como a região foi o alvo de uma colonização antiga, de iniciar esta pesquisa histórica a partir dos anos 1920, ou seja, no surgimento do período de modernização e indus-

trialização do país. Para contextualizar este estudo, destacaremos a formação histórica do Estado da Paraíba e do Agreste.

Partimos do pressuposto de que as evoluções das formas de intervenção do Estado provocaram três processos com relação à agricultura familiar (WANDERLEY, 1998): uma campesinização - processo de ocupação de terras por camponeses -, uma descampesinização - processo de expulsão de camponeses de suas terras - e uma recampesinização, processo de retomada da pequena produção, mediante a implementação de políticas públicas que permitam o desenvolvimento da agricultura familiar. Uma hipótese subjacente a este processo é que a agricultura familiar agrestina é marcada por momentos de retração e expansão relacionados ao predomínio de monoculturas e, então, à vontade dos donos de terra em permitir a instalação dos camponeses. De fato, Moreira e Targino (1997) defendem a tese de que as condições de vida no campo sofreram numerosas transformações ao longo dos anos, em virtude da predominância de culturas que exigiam grande área cultivável e/ou grande quantidade de mão-de-obra. A região reorganizou-se constantemente na tentativa de reproduzir as novas formas de produção agrícola e as novas relações sociais decorrentes das mudanças nas relações de trabalho no campo.

Este trabalho é resultado de um projeto de pesquisa, Produção de políticas de desenvolvimento rural sustentável em seus contextos: construções de compromissos institucionais e ajustamentos temporais entre o global e o local (PROPOCID) financiando pela Agência Nacional de Pesquisa Francesa, desenvolvido em seis países, tendo o Brasil, incluído em análise no âmbito nacional e estudos de caso realizados por equipes locais¹. Assim, analisaremos a trajetória da agricultura familiar do Agreste conforme a periodização nacional escolhida no projeto.

1. OS RECORTES TEMPORAIS

1. O projeto foi liderado por o Cirad e o CPDA da UFRRJ. Para os documentos produzidos pela pesquisa, ver: <http://gedmpl.cirad.fr/>.

Uma cronologia dos momentos críticos, entre os quais se manifesta a dependência de caminho nos termos de Mahoney (2001), levou o projeto PROPOCID a identificar quatro grandes períodos, a saber (ver Box 1): a) aliança oligárquica da Primeira República (1889-1930); b) aliança entre a burguesia industrial e as classes populares urbanas do pacto populista (1930-1964); c) aliança entre a burguesia agrícola e industrial e as forças armadas

(1964-1985); d) pacto democrático-liberal e a re-democratização (a partir de 1985). Tomando como referência esses recortes temporais, nós observamos que na região do Agreste, os dois primeiros períodos não eram pertinentes para compreender o desenvolvimento das atividades agrícolas agrestinas.

Box 1

A periodização do estudo histórico ao nível nacional (BONNAL, 2008)

i. A aliança oligárquica da primeira República (1889-1930) e a aliança entre a burguesia industrial e as classes populares urbanas do pacto populista (1930-1964)

A primeira República corresponde a um período de captação do poder público pela oligarquia agrária, notadamente pelas elites cafeeiras, graças ao estabelecimento de uma aliança estável (acordo de Taubaté) e a Constituição elitista de 1891. A aliança oligárquica teve como principal objetivo orientar a política econômica num sentido compatível com seus próprios interesses, como a otimização da disponibilidade de mão de obra de baixo custo e incentivo às exportações de produtos primários. O poder dos fazendeiros gerou duas fontes de contestação, que, no contexto da crise econômica de 1929, levaram à revolução de 1930. Este período corresponde à transição industrial, fundamentada na aliança populista entre as classes industriais e populares urbanas. No meio rural, a estratégia dos governos sucessivos consistiu em controlar o poder político das elites agrárias sem enfraquecer sua capacidade produtiva. O Estado continuou e complementou a política anterior. A estrutura produtiva foi respeitada, uma vez que não se aplicaram as novas leis trabalhistas no campo.

ii. A aliança entre a burguesia agrícola e industrial e as forças armadas (1964-1985)

Num contexto internacional de guerra fria, a aliança entre a burguesia industrial e a classe operária se quebrou quando foram intensificados os movimentos sociais e a pressão das elites agrárias. A revolução de 1964 marcou a emergência da aliança entre os diferentes componentes da burguesia, em oposição aos movimentos sociais de esquerda. Durante o período militar, e no que diz respeito à agricultura, as grandes mudanças foram essencialmente dirigidas ao estímulo à modernização da produção capitalista (inclusive destinada a um uso não alimentício) e a implementação da agroindústria. As inovações econômicas e sociais (estatuto do trabalhador rural, estatuto da terra, migração dirigida à região amazônica, implantação do serviço nacional de crédito rural, modernização dos serviços de ciência e tecnologia agropecuária, multiplicação do sistema de extensão rural) não foram implementadas para reverter a situação social no campo, mas, sim, para melhorar a produtividade da agricultura empresarial.

iii. O pacto democrático-liberal: a época da redemocratização (a partir de 1985)

A instalação do Estado democrático liberal realizou-se progressivamente através de diferentes gestões presidenciais de direita ou de esquerda. Esta sucessão de regimes políticos sem alteração de orientação econômica é reveladora da existência de um pacto democrático-liberal. No campo, este período é marcado por duas grandes inflexões da política pública. A primeira, que aconteceu durante o governo Collor, é a redução do gasto público para a agricultura enquanto o meio rural via a eliminação dos órgãos reguladores de canais produtivos (café, cacau etc.), a descentralização dos serviços de apoio, notadamente de extensão rural e a redução do crédito rural. A segunda, que aconteceu durante o governo de FHC, é ligada ao reconhecimento oficial da agricultura familiar, a institucionalização da política dual e a definição de uma política diferenciada, específica para atender a este público, através Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A preocupação da sustentabilidade emergiu, como em outros países, a partir de 1992 (Rio 92) e tomou uma importância crescente. O governo Lula ampliou os programas de fortalecimento da agricultura familiar e o enfoque territorial do desenvolvimento rural.

2. OCUPAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA E ORIGEM AGRÍCOLA

A formação do atual território paraibano iniciou-se com a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves (João Pessoa) a 18 km da foz do rio Paraíba, habitada, principalmente, pelas tribos indígenas Tupi, Cariris e Tarairiús. À medida que a colonização evoluía, a expropriação da terra dos nativos passava a ser adotada, fato que deu início a um processo de resistência² das comunidades indígenas. Tinha-se, então, a primeira forma de luta pela terra na Paraíba (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.29):

A conquista da Paraíba, além de seu caráter defensivo contra os corsários, é antes de tudo o preço do avanço da cana-de-açúcar que parte de Pernambuco, atravessa Itamaracá e chega à várzea dos rios paraibanos (MEDEIROS, 1990, p. 6 apud MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 29).

A apropriação da terra na Zona da Mata foi, portanto, organizada em decorrência das necessidades dos senhores de engenho e das políticas dominantes da época. A produção canavieira estava relacionada aos interesses do capital internacional e tinha suporte na concessão de grandes extensões de terra. Deste modo, a pequena propriedade e, por conseguinte, o pequeno produtor paraibano “nasceram” das brechas deixadas pelo sistema canavieiro. De fato, a crise do setor açucareiro, no século XVII, engendrou modificações nas relações de trabalho e, conseqüentemente, na estrutura produtiva. “Como os senhores de engenho não podiam adquirir a mão-de-obra escrava suficiente, por causa do alto preço dos escravos (...) passaram a facilitar o estabelecimento de camponeses³ no interior de suas terras” (ANDRADE, 1986, p. 104 apud MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 42).

A ocupação do Sertão com a atividade pecuária

2. A reação dos indígenas sertanejos à expropriação deu origem à Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris que se estendeu de 1680 a 1730.

3. “Os moradores eram camponeses sem terra que recebiam do proprietário fundiário a autorização de habitar na propriedade, ocupar um pedaço de terra (os sítios) e nele cultivar uma roça. Em alguns casos, podiam criar animais de pequeno, médio e grande porte. Tinham direito à lenha e à água. (...) Além disso, tinham que prestar serviços gratuitos ao senhor de engenho (o cambão), ou pagar o foro. Às vezes recebiam salários” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.43).

fora de suma importância para a configuração do território estadual (MOREIRA ; TARGINO, 1997). Assim, como o Engenho foi importante para a organização social, econômica e cultural do Litoral, a Fazenda o foi no Agreste e no Sertão. O início das atividades agrícolas no Agreste paraibano ocorreu a partir do século XVIII, mediante a separação dos currais de criação de gado da produção de cana nos engenhos (MOREIRA; TARGINO, 1997). Os criadores se deslocaram em direção ao Agreste e Sertão, onde passaram a se dedicar à pecuária⁴ e à produção de alimentos tanto para consumo próprio quanto para o abastecimento das áreas urbanas e rurais do litoral. A produção de alimentos tem como base a agricultura familiar diversificada (BONNAL et al., 2007). Na região do Agreste, a pecuária foi uma atividade compatível com a produção de alimentos, baseada no trabalho familiar, seja no âmbito da própria propriedade fundiária sob formas de arrendamento diversos, seja pela produção autônoma dos pequenos produtores que aí quisessem se estabelecer em caráter temporário para o plantio das lavouras consorciadas (milho, feijão, algodão). Ao término do período de arrendamento, que em geral durava menos de um ano, ou seja, o tempo suficiente para o produtor e sua família plantar e colher tais produtos, o terreno era devolvido ao proprietário com o restolho destas culturas, que serviam então para alimentar o gado na estação seca, de dezembro a março (SOUSA, 1994, p. 64).

Embora a produção de alimentos seja uma das principais características das atividades agrícolas do Agreste, a região sofreu transformações produtivas e sócio-econômicas decorrentes da predominância de monoculturas que exigiam extensões de terra e/ou de mão de obra. A predominância de determinada cultura na região é chamada de ciclos produtivos. Eles baseiam-se no fato de que ao final de cada um deles, o capital econômico acumulado é re-allocado em outra cultura (MOREIRA; TARGINO, 1997). Assim, esta idéia tende a obscurecer a continuidade

e o convívio de diferentes culturas, apesar de ajudar na visualização da composição e recomposição da agricultura familiar local.

Pelo fato da colonização do Agreste ter sido tardia, se comparada à Zona da Mata, há um predomínio de pequenos produtores, dando à região o menor índice de concentração fundiária do Estado (MOREIRA; TARGINO, 1997). O que pode estar relacionado, em grande medida, ao relevo que dificultava a implantação dos grandes fazendeiros. Não obstante, a pequena produção agrícola se manteve no Agreste paraibano, oscilando entre momentos de retração e expansão, ligada à possibilidade, para os camponeses terem acesso à terra. No momento em que as políticas públicas fortaleciam a produção agrícola, os donos da terra aumentavam a pressão sobre o uso desse recurso, que passou a ser exercida sobre os posseiros, provocando um processo de descampezinação. Quando não, os donos aceitavam o estabelecimento de camponeses nas suas terras, o que provocava um processo de recampezinação. Esse processo tem a ver com a ausência do estatuto da terra. Houve, às vezes, possibilidades de os camponeses ficarem nas terras, recebendo uma ajuda das igrejas em defesa dos seus direitos (foi o caso de Lagoa Seca, por exemplo).

3. MERCADO INTERNACIONAL, DOMINAÇÃO POLÍTICO-FUNDIÁRIA E ATIVIDADE AGRÍCOLA NO AGRESTE PARAIBANO (1889-1964)

Este período foi dividido em quatro fases (de 1889 à 1920, de 1920 à 1940, de 1940 à 1960 e 1960 à 1970) com relação aos ciclos produtivos predominantemente e aos processos de campesinização ou não do meio rural. Na primeira metade do século passado, a produção agrícola da região, em sua maioria, desenvolveu-se para o mercado inter-

4. Os currais e os locais de pouso para gados e vaqueiros vindos do sertão em direção ao Litoral foram importantes para o surgimento de feiras de gado e o desenvolvimento de cidades como Campina Grande (BONNAL, TONNEAU e SIDERSKY, 2007).

nacional. A alternância e a adoção de novas culturas estavam relacionadas às necessidades de países europeus e dos Estados Unidos, grandes compradores de produção de algodão e de sisal, por exemplo.

3.1 A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ALGODOEIRO-PECUÁRIO E O CULTIVO DO CAFÉ (1889-1920)

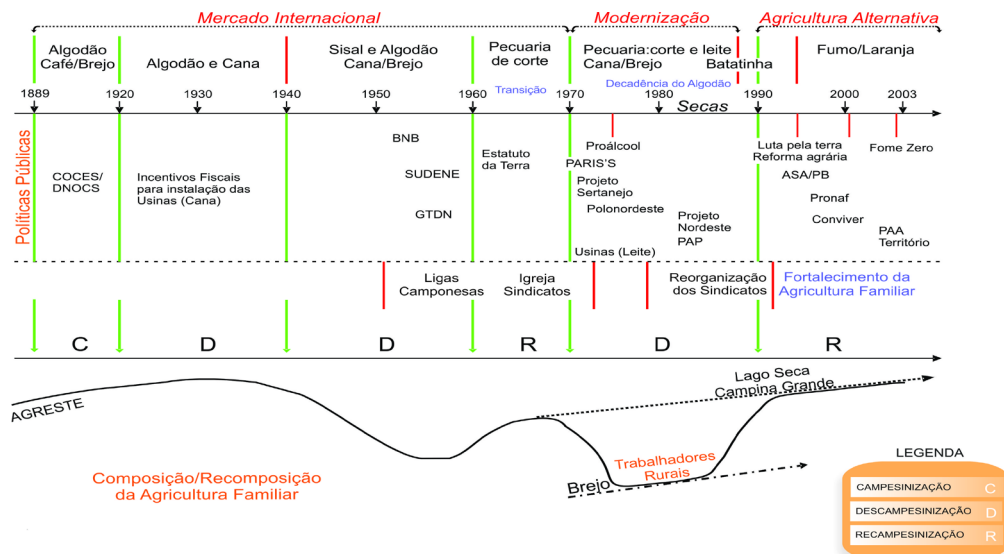
Neste período, a organização e estruturação das estratégias produtivas dos agricultores estavam vinculadas às iniciativas privadas locais e internacionais. Assim, o sistema gado-algodão coexistiu durante muitos anos, já que o algodão representava uma fonte de alimento para o gado, durante a época mais seca do ano, que consumia os restolhos dos algodoads ou da torta da semente do algodão. O algodão esteve presente nas atividades agrícolas da região desde o período pré-colonial, passando a ganhar destaque, no fim do século XVIII, com o crescimento da indústria têxtil inglesa, desse modo o valor das exportações de algodão foi quase o dobro dos valores referentes à exportação do açúcar, no ano de 1862. Isso aconteceu em virtude da guer-

ra de Secessão nos EUA.

Toda a estrutura agrícola estava articulada para a consolidação e a reprodução do sistema algodoeiro-pecuário e do poder dos seus coronéis (SILVA, 2006). De fato, os grandes produtores da região, e da Paraíba de maneira geral, sempre estiveram articulados, seja em instituições formais (associações, sociedades, etc.) ou junto ao poder público, através do exercício de mandatos no executivo e legislativo e pelo recebimento de incentivos que estimulavam a produção e fortaleceram a apropriação de terra.

Em termos de atividades agrícolas, a cana de açúcar, plantada principalmente no Brejo, estava cultivada para a produção de cachaça e rapadura nos Engenhos. Destaca-se, também, a inserção do cultivo do café no Brejo paraibano. A cidade de Bananeiras viveu momentos áureos, especialmente sua elite, marcados pela modernização da cidade e sua inserção no cenário político e econômico do Estado da Paraíba (ANDRADE, 1986). Entretanto, a cultura passou a perder espaço para a cana de açúcar e o algodão a partir da década de 1910, por causa do avanço da praga *Cerococus paraibensis*.

Figura 1 – Principais atividades agropecuárias do Agreste paraibano (1889-2010)



3.2 CULTIVO DO ALGODÃO E DA CANA-DE-AÇÚCAR (1920-1940)

A expansão do algodão no Agreste estimulou a instalação de grandes unidades de beneficiamento da fibra e do caroço de capital internacional, a partir dos anos 1930, como SANBRA e a ANDERSON CLEYTON, entre outras de capital nacional nas cidades do Sertão. Essas empresas foram muito importantes para o aquecimento da economia regional e ampliação do processo produtivo até a reestruturação do parque têxtil inglês após a II Grande Guerra.

As usinas⁴ de álcool e açúcar, produzidos a partir da cana de açúcar destacaram-se mais em virtude dos significativos incentivos fiscais e linhas de crédito específicas (com juros baixos) que foram concedidos pelo governo estadual. As primeiras usinas do Agreste foram instaladas no Brejo nos anos 1920 e início dos anos 1930: a Usina Torres, em Alagoa Grande, e a Usina Santa Maria, em Areia. Nesta região, o incentivo à ampliação dos canaviais ocasionou uma retração da pequena produção devido à necessidade de mais terras a cada dia. Os moradores e arrendatários ou eram expulsos das terras ou se tornavam funcionários dos engenhos e/ou das usinas.

No caso do algodão, o processo foi um pouco diferente, visto que era cultivado por grandes, médios e pequenos produtores. De fato, durante o período áureo do algodão houve um processo de campesinização e descampesinização. Campesinização porque permitia a fixação do pequeno produtor que cultivava algodão, lavouras de subsistência e, muitas vezes, trabalhava nas colheitas das grandes fazendas. Descampesinização porque, em alguns casos, o cultivo do algodão estava associado à pecuária de corte, caracterizada pela expropriação e cercamento de terras.

3.3 CULTIVO DO ALGODÃO, AGAVE (SISAL) E CANA DE AÇÚCAR (1940-1960): O INÍCIO DA MODERNIZAÇÃO E PROCESSOS DE DESCAMPESINIZAÇÃO

No final dos anos 1940, o algodão começa a perder mercado e a deixar de ser uma cultura tão atraente como o fora outrora. Com a crise da indústria têxtil e a praga do bicudo, a cultura entrou em declínio. O algodão arbóreo do Nordeste perdeu espaço para o algodão herbáceo, que se expandia em São Paulo, já a partir dos 1930, na esteira da crise do café. A junção desses fatores estimulou os grandes produtores a migrarem para o cultivo de outras plantas nos anos 1940, dentre elas se destacava o agave.

Das folhas do agave extrai-se o sisal, matéria prima para a confecção de cordas. A partir de 1940, o cultivo do agave se expandiu pelo Agreste, em grande medida, pelas condições internacionais e naturais favoráveis. Todo esse processo foi incentivado pela federação em virtude da II Grande Guerra. O avanço do sisal possibilitou a revalorização das terras, a abertura de estradas, reforma das casas dos proprietários de terras, especialmente as dos senhores de engenho do Brejo, e criação de empregos rurais sazonais. Esta produção requeria numerosa mão de obra (homens, mulheres e crianças trabalhavam), principalmente, durante o corte, o beneficiamento e a utilização de desfibradeiras movidas a óleo diesel ou à eletricidade. A associação de tais fatores fez com que o agave fosse cultivado apenas por médios e grandes proprietários do Agreste, o que contribuiu para a descampesinização. Os pequenos camponeses, em alguns casos, puderam ficar com o pedaço de terra, em outros, mudaram para as pequenas cidades, transformando-se em assalariados. O agave não podia ser cultivado em associação com outras culturas (a não ser nos quatro primeiros anos, tempo necessário para o desenvolvimento

4. As usinas têm um caráter empresarial mais forte. Além disso, funcionam com mão de obra assalariada, ao contrário dos engenhos mais familiares.

das folhas da planta). Assim, as áreas destinadas ao plantio do algodão e de lavouras de subsistência foram reduzidas.

As décadas de 1940 e 1950 foram os períodos áureos do sisal no Agreste. Enquanto o sisal se espalhou por todo o Agreste, a produção canavieira e açucareira se restringiu ao Brejo paraibano. Ainda que o sisal tenha sido cultivado pelos engenhos devido ao baixo preço pago pelos usineiros à cana produzida, a crise do sisal fez com que os engenhos voltassem a produzir rapadura, retomassem o fornecimento de matéria-prima às usinas ou fechassem as portas. A coexistência dos engenhos e das usinas tornava-se cada vez mais difícil porque os últimos determinavam o preço da cana-de-açúcar.

A partir dos anos 1950, ocorreu o fortalecimento da política desenvolvimentista, privilegiando um modelo de modernização agrícola, marcado pela criação de órgãos públicos: Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), em 1945; Banco do Nordeste Brasileiro (BNB)⁵ em 1952; a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1959. Nessa época, houve uma mudança para um enfoque moderno do desenvolvimento econômico, a industrialização, como única saída para combater o atraso da região. Mas os financiamentos foram direcionados para o fortalecimento de grandes e médios proprietários, sobretudo os criadores de gado, em detrimento dos pequenos produtores.

3.4 PERÍODO DE TRANSIÇÃO: FORMAÇÃO

DOS SINDICATOS RURAIS E UM FRACO PROCESSO DE RECAMPEINIZAÇÃO (1960-1964)

Com a queda dos preços internacionais do sisal nos anos 1960, devido a utilização do fio sintético e do sisal africano, a produção de sisal agrestina deixou de ser lucrativa e, conseqüentemente, a área plantada foi reduzida e o cultivo de produtos alimentícios, junto a pecuária, se tornaram as principais atividades agropecuárias da região, com exceção do Brejo que manteve sua tradição da produção de cana. Assim, os donos de terra deixaram acesso livre à terra para os camponeses.

Os pequenos produtores da região só começaram a se organizar formalmente ao fim dos anos 1950 e início da década de 1960. Esta tardia organização aconteceu, entre outros fatores em virtude do coronelismo do governo de Vargas, que impediram a implementação de políticas públicas que possibilitassem o seu fortalecimento. A constituição do sindicalismo paraibano estava ligada ao amadurecimento das Ligas Camponesas. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs)⁶ paraibanos desenvolveram-se em contraposição às Ligas Camponesas, na tentativa de tirar a legitimidade das mesmas. As ligas Camponesas eram vinculadas e articuladas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), e os Sindicatos à Igreja Católica⁷, que temia a expansão do comunismo no meio rural. No caso do Agreste paraibano, as Ligas Camponesas atraíram ex-moradores, ex-rendeiros, ex-foreiros, pequenos produtores de algodão e pequenos pecuaristas que estavam sendo expulsos de suas terras para darem lugar às grandes plantações⁸.

5. Em 1952, ano de grande seca, foi elaborado o estudo "Planejamento do Combate às Secas" com sugestões no sentido de redirecionamento das ações de enfrentamento das conseqüências da seca e de reordenamento político, envolvendo órgãos federais e estaduais da região Nordeste. O BNB era o agente financeiro regional que incentivou a implantação de empreendimentos industriais e agropecuários. Foi o primeiro sinal evidente de modificação na forma de intervenção estatal no enfrentamento dos problemas regionais. As primeiras iniciativas do banco possibilitaram o financiamento de atividades da indústria têxtil regional, favorecendo indiretamente a produção algodoeira.

6. O processo de constituição das Ligas Camponesas está relacionado aos "(...) programas governamentais de modernização da agroindústria açucareira (...) [que] implicaram na desarticulação das relações de moradia, parceria e arrendamento, e desencadeou intenso processo de apropriação da terra do produtor direto" (NOBRE, 1990, p. 18).

7. Já existiam sindicatos de trabalhadores rurais na Paraíba, mas não eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho (NOBRE, 1990).

O processo de ampliação da sindicalização na Paraíba recebeu impulso decisivo da aliança firmada entre o Estado e a Igreja Católica. A união dessas duas forças políticas permitiu a implantação de sindicatos o esvaziamento das Ligas Camponesas. Para coordenar a criação dos sindicatos foram formados os Círculos Operários Cristãos. O marco da implantação do sindicalismo no Estado foi a criação da Equipe de Sindicalização da Paraíba, em 09 de maio de 1962, sob o patrocínio da Igreja Católica, que objetivava formar lideranças rurais. A partir do treinamento oferecido, em 09 de setembro de 1962 foram reconhecidos os primeiros sindicatos do Estado, de acordo com a legislação, que deram origem à Federação: Alagoa Grande⁹, Serraria, Areia, Mari e Solânea. Nesses municípios, atuava um clero conservador que lutava contra as Ligas Camponesas. Em 1963, foram criados os Sindicatos de Campina Grande, Boqueirão, Queimadas, Puxinanã, Lagoa Seca e Alagoa Nova. Até 1964, havia 44 STR's reconhecidos na Paraíba.

Esse período de 10 anos foi caracterizado por um processo de recampesinização que correspondeu a uma transição entre o fim do sisal e a permanência do algodão, que deram fôlego à agricultura familiar. De fato, a redução do cultivo do agave e dos incentivos ao plantio da cana estimulou o estabelecimento de moradores e meeiros, nas terras não cultivadas, a produzirem alimentos e estabelecerem as bases necessárias à atividade pecuária entre os pequenos produtores. Concomitantemente a esse processo, iniciava-se o desenvolvimento da pecuária de corte¹⁰.

4. INTERVENÇÃO ESTATAL E AMPLIAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO: UMA NOVA FASE DE DESCAMPESINIZAÇÃO (1964-1985)

Com o golpe militar, a SUDENE perdeu sua relativa autonomia no planejamento regional e ficou totalmente submetida à política de integração nacional, conduzida pelo governo federal. A modernização do setor agropecuário foi priorizada, mantendo privilégios das oligarquias agrárias nas ações de combate à seca e enfatizando os programas assistenciais com ajuda internacional. A modernização das atividades pecuárias (cuja produção era mais dedicada ao mercado nacional) e a implantação das áreas de irrigação foram consolidadas. Assim, houve uma ampliação das atividades agrícola e o desenvolvimento da pecuária de corte e cultivo da cana de açúcar, mediante os incentivos oferecidos pelo Governo Federal, que, na verdade, estava implantando um novo modelo de desenvolvimento, próximo ao conceito de revolução verde. Este processo, na década de 1970, explicou o recuo das lavouras alimentares tradicionais. Concomitantemente, o modelo corporativo no meio rural foi consolidado. Os sindicatos, associações rurais e os pequenos produtores passaram a receber incentivos produtivos; no entanto, o modelo adotado visava à modernização das relações de trabalho e produtivas no campo. O que implicou a mudança de padrões culturais camponeses e na adoção de novas formas de cultivar a terra.

8. Lideranças das Ligas Camponesas foram perseguidas e assassinadas, com a colaboração de autoridades locais. Devido as mortes e aos graves conflitos, o PCB criou, em 1954, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTRAB), para reorganizar “as associações de trabalhadores [rurais] já existentes, organizar novas associações ou sindicatos, promover a unidade entre eles e dar assistência jurídica” (NOBRE, 1990, p. 11). Os Sindicatos coordenados pela ULTRAB adotaram a estratégia de evitar o confronto e lutar por conquistas parciais junto ao Ministério do Trabalho.

9. Alagoa Grande já tinha o Sindicato das Ligas Camponesas quando, em 1962, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (também chamado de Sindicato dos padres).

10. A partir da segunda metade da década de 1950, com a aceleração da economia nacional, a pecuária passou a ser muito interessante para os grandes proprietários de terras. A atividade pecuária foi, durante um bom tempo, ultra extensiva e rudimentar. Até os anos 1950 o manejo do rebanho era caracterizado pela criação a solto.

4.1 A PECUÁRIA DE CORTE

Na década de 1970, houve estímulos de preços, incentivos fiscais e disponibilização de crédito do governo federal, via SUDENE, para a pecuária de corte. Um dos principais programas do governo federal para subsidiar o desenvolvimento da pecuária foi o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), criado em 1971. Isso provocou uma expansão forte da pecuária na região. Fato que acarretou no cercamento das terras e, com isso, a quase impossibilidade de continuação do pequeno criatório, visto que, anteriormente, o simples fato de possuir gado dava direito à solta? (SOUSA, 1994). Os donos de terra quiseram, de fato, apropriar-se o máximo de recursos forrageiros e expulsaram os arrendatários das grandes fazendas em virtude da adoção da pecuária extensiva pelos latifundiários subsidiados pela SUDENE. Este fenômeno da pecuarização dos latifúndios improdutivos do Nordeste foi consolidado em virtude das condições políticas e econômicas estabelecidas para o seu desenvolvimento. Assim, os Censos Agropecuários de 1970 e 1980 mostram que a participação de arrendatários e parceiros, na categoria de pequenos agricultores foi reduzida de forma acentuada na região de Campina Grande. Houve também, diminuição dos subsídios nos anos 1980, a decadência da pecuária de corte entrou em decadência na região (MOREIRA e TARGINO, 1997). Entretanto, havia um grande interesse da classe rural dominante em manter a concentração fundiária no Agreste. A posse da terra garantia o acesso ao crédito bancário subsidiado, que muitas vezes era repassado pelo proprietário ao arrendatário ou posseiro em condições elevadas de juros, para que esses financiassem o processo produtivo. A dívida era paga, na maioria das vezes, com parte da produção.

4.2 O CULTIVO DA CANA DE AÇÚCAR (1975-1985)

Em 1975, com a criação do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), os produtores de cana de açúcar tiveram acesso a uma forte política de incentivos fiscais e creditícios, que possibilitou a expansão da cultura no Brejo e em outros municípios do Agreste. Os preços do açúcar compensavam os investimentos em áreas naturalmente desfavorecidas. Entre 1970 e 1980, a área colhida foi de 25.455 ha, deste total 74% foi incorporado entre 1975 e 1980 (MOREIRA e TARGINO, 1997). No início dos anos 1980, a Paraíba já era o quarto produtor nacional. A cana de açúcar, no mesmo período, representou 45,7 % da produção agrícola (MOREIRA e TARGINO, 1997) do estadual. Os engenhos e usinas permitiam, em alguns momentos, o estabelecimento de moradores que plantavam roçados e trabalhavam na cana de açúcar, todavia, nos momentos áureos (de grandes incentivos fiscais), os moradores eram impedidos de produzir alimentos ou, então, expulsos das terras, o que provocou um processo de descampenização.

4.3 OS FRACOS PROGRAMAS DESTINADOS AO PEQUENO PRODUTOR

Nos anos 1970 surgem no País, as primeiras experiências voltadas para a pequena produção, através da implantação dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI's) cujos principais implantados foram: o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste), em 1975; o Projeto Sertanejo, em 1976 e o Projeto Nordeste, em 1985.

O Polonordeste foi o primeiro programa implementado, apoiado em pólos de desenvolvimento integrado, na região. O Polonordeste, sob a responsabilidade da Sudene, inseriu-se na política de desenvolvimento rural integrado, proposta pelo Banco Mundial, com ações direcionadas ao combate à pobreza rural. Suas ações destinavam-se ao atendimento de necessidades básicas das famílias de pequenos produtores rurais nordestinas (educação, saúde, infra-estrutura comunitária), à modernização

da infraestrutura agrícola (estradas, eletrificação e armazenamento), dos serviços agrícolas (pesquisa, assistência técnica e extensão rural), e do apoio direto ao produtor, pelo acesso ao crédito, e à comercialização e além do incentivo ao associativismo. A difusão de tecnologia era privilegiada (LEITE, 1985, apud FERNANDES, 1995, p. 38). Avaliações posteriores do Programa revelaram a existência de uma preocupação acentuada com o desenvolvimento econômico, em detrimento das atividades de subsistência no meio rural. Em termos administrativos, todos os programas eram similares em relação ao crédito: verbas incompletas e/ou atrasadas. Além disso, as obras de infraestrutura, por si só, não resolviam os problemas e necessidades dos pequenos produtores (FERNANDES, 1995). Os maiores beneficiados foram os proprietários de terras.

O Projeto Sertanejo (1976), ao final de sua implementação, atendeu apenas 6.851 dos 52 mil agricultores inscritos (0,7% do total). Não houve recursos para levar adiante o Projeto, que foi extinto em 1984 (MIRANDA, 1990). A constatação do fracasso dos programas gerou várias inquietações nas instâncias governamentais e em outras agências de fomento. O Banco Mundial, no final de 1981, questionou a superposição de ações do estado na região Nordeste e sugeriu a implantação de um único programa de desenvolvimento rural que este Banco teria interesse em financiar (CHALOULT, 1985).

O Projeto Nordeste (1985), originado dessa nova perspectiva, apresentava uma profunda contradição: foi assinado no início da Nova República sem a prometida participação do público-alvo. Nem mesmo o principal programa desse novo projeto, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), alcançou seu objetivo, a saber, o melhoramento da vida no campo:

(...) compreendendo sete segmentos: ação fundiária, recursos hídricos, crédito rural, pesquisa adaptada, assistência técnica e extensão rural, comercialização e apoio às pequenas comunidades rurais, sendo conseqüentemente, um programa essencialmente produtivo e não social (CHALOULT, 1985, p. 276).

As diretrizes dos programas governamentais voltados para o Nordeste enfatizavam a participação dos pequenos produtores nos processos de tomada de decisão - o que não ocorria na prática - e os beneficiários não tinham oportunidade real de se manifestar. De fato, os grupos dominantes influenciaram decisivamente os programas da SUDENE e dos Estados, reforçando assim, seus interesses. O poder local (ao nível municipal) interferiu pouco nas orientações dos programas.

BURSZTYN (1985) destacou que, nesse período, a nova postura política adotada pelo Estado brasileiro possuía três características específicas: a) uma estratégia de modernização conservadora, na qual, o Estado pretendia viabilizar novas formas de acumulação de capital, preservando as antigas estruturas socioeconômicas e políticas regionais, por meio da modernização da grande propriedade agrícola; b) o Estado passou a se utilizar de novos instrumentos de intervenção programada (crédito, assistência técnica, infraestrutura etc.), ampliando o seu caráter autoritário e centralizador, ao mesmo tempo em que mantém as medidas assistenciais (paternalismo oficial), nos períodos de seca, como forma de legitimação; e c) a capacidade dos grandes proprietários rurais em recuperar, em seu próprio proveito, as ações do Estado que eram dirigidas aos pequenos produtores.

Apesar de todas essas dificuldades, a pequena produção agrícola agrestina se manteve oscilando entre momentos de retração e expansão. Somente com as mobilizações dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e de Movimentos Sociais Rurais, lutando por linhas de crédito destinadas à agricultura familiar da região, é que se fortaleceu a produção de feijão, de batata-inglesa e do leite nas proximidades de Campina Grande.

4.4 A FORMAÇÃO DA BACIA LEITEIRA DE CAMPINA GRANDE

Enquanto o cultivo da cana predominava no Brejo paraibano, com o auxílio do governo federal, a

expansão demográfica, no Agreste, e a implantação de indústrias de beneficiamento de leite, no Estado, nos anos 1970, que recebeu o apoio do Estado da Paraíba, contribuíram para a intensificação da criação da bacia leiteira de Campina Grande. Ao longo das décadas de 1970 e 1980 a produção leiteira dos municípios do Agreste da Borborema evoluiu significativamente. As principais instituições envolvidas no processo produtivo e de comercialização eram a EMATER (acompanhamento da produção), as associações e sindicatos de produtores de leite e a Indústria de Laticínio de Campina Grande (ILCASA), agroindústria que compra a produção e a processa. Os municípios de Aroeiras, Boqueirão, Queimadas e Campina Grande são de suma importância para o abastecimento da ILCASA, através do fornecimento de leite “in natura”.

A produção tem os pequenos produtores como o segmento predominante, que utilizam mão-de-obra familiar e produzem leite para incrementar a renda familiar (CARTAXO, 1980; SOUSA, 1994). A grande presença de pequenos produtores de leite se explicava pelo fato dos grandes proprietários optarem pela pecuária de corte, em virtude da disponibilidade de terras e privilégios fiscais e de crédito. Mas Sousa (1994) levanta duas outras hipóteses para tentar compreender a predominância do pequeno produtor: 1) o baixo preço do leite, os crescentes custos de produção e o sistema de quotas impostam à comercialização que reduzem substancialmente a margem de lucro do produtor; 2) a pequena produção familiar que sustenta a produção leiteira porque a unidade familiar consegue reproduzir-se sem auferir lucro. Assim, observou-se um predomínio de estabelecimentos com área inferior a cinco hectares na bacia, e os pequenos e médios estabelecimentos agropecuários respondiam por mais de $\frac{3}{4}$ da produção de leite no Estado. O que diferenciava os pequenos e médios produtores era a disponibilidade de terra e, conseqüentemente, o tamanho do rebanho.

5. PACTO DEMOCRÁTICO LIBERAL E REOR-

GANIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: O PROCESSO DE RECAMPESINIZAÇÃO (1985-2007)

Os subsídios para a pecuária de corte foram suspensos em 1990, por Fernando Collor de Mello, então Presidente da República. A produção entrou em decadência na região devido aos altos custos para a manutenção do peso dos rebanhos, especialmente nos anos de seca. A produção de cana de açúcar conheceu a mesma trajetória. Assim, a pequena produção se fortaleceu. Nesta época, o fortalecimento da agricultura familiar passou primeiramente pela reestruturação dos sindicatos e criação de novas instituições que realizassem a mediação entre o agricultor e o poder público. De fato, a redemocratização do país, o fim dos subsídios aos grandes produtores, a formação de movimentos sociais no campo e a atuação da Igreja e ONG's contribuíram para a articulação dos pequenos produtores e para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Assim, a agricultura familiar passou a ter acesso a um leque de políticas públicas (Pronaf, por exemplo), que, apesar das deficiências, tem possibilitado a fixação dessa população e a organização de espaços públicos de debates que visam o aprimoramento das políticas públicas ofertadas e a elaboração de um modelo de desenvolvimento apropriado à região. Foi o caso dos Conselhos municipais de desenvolvimento sustentável (CMDRS).

A partir dos anos 1990, a região do Agreste foi alvo de duas dinâmicas sócio-econômicas importantes: de um lado, a renovação da ação sindical dando lugar a uma contestação do modelo técnico, difundido pelas instituições nacionais e regionais de geração e difusão de tecnologias, e do outro lado, a emergência de movimentos sociais de luta pela terra e a sua aproximação progressiva com movimentos sociais da agricultura familiar. Desse modo, observou-se, naquela década, uma evolução importante do sindicalismo rural da região, ligado, em grande parte, à aproximação com algumas ONG's voltadas para a promoção do desenvolvimento rural, notadamente a Assessoria e Serviços a Projetos em Agri-

cultura Alternativa (AS-PTA) e o Programa de Tecnologias Adaptadas para as Comunidades (PATAAC). Esta aliança, agora estabelecida, renovou a visão dos sindicatos sobre a atividade agrícola e o processo de desenvolvimento rural que, por sua vez, influenciou profundamente outras dinâmicas locais. Os efeitos desastrosos da seca de 1997-1998 na produção agrícola regional, levaram alguns sindicatos a reconsiderar o papel do sindicato municipal e à decisão de investir os aspectos técnicos com o intuito de identificar respostas possíveis às sucessivas crises agrícolas. Esta preocupação, com respeito aos aspectos técnicos da produção agropecuária, marcou uma renovação histórica na função dos sindicatos rurais da região, antigamente limitada apenas aos aspectos previdenciários e de emprego rural.

Esta nova orientação, lançado pelos STR de Solânea e de Remígio foi rapidamente adotada pelo STR de Lagoa Seca, antes de se estender a uma dezena de outros municípios da região. Com o decorrer do tempo, a reflexão sindical foi incorporando outros temas às áreas de educação, saúde, meio ambiente, etc. No Agreste paraibano, os impactos desse processo resultaram na criação da Articulação do Semiárido Paraibano em 1993 (ASA-PB)¹¹ e do Pólo Sindical das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, em 2001¹²; ambas as instituições visavam a promoção do desenvolvimento sustentável através da participação nos processos de formulação e/ou execução de políticas destinadas à agricultura familiar.

Enquanto, na parte central e centro-oeste do Agreste, acontecia a renovação sindical mencionada

anteriormente, na região do Brejo, estava se constituindo um movimento de reforma agrária. Na segunda metade da década de 1980, a área colhida de cana de açúcar começou, de fato, a ser reduzida sistematicamente, devido às secas, ao endividamento dos usineiros e ao fim dos incentivos. A implantação dos dois primeiros assentamentos do Agreste foi feita em 1984. No início dos anos 1990¹³, a Usina Santa Maria, de Areia, faliu. Posteriormente, teve sua falência suspensa e adquirida pela AGROENSE, do Distrito Federal, reabrindo suas atividades em 1992, com o nome de USIAGRO. Entretanto, os novos administradores não conseguiram reerguê-la, encerrando, definitivamente, suas atividades em 1994¹⁴. A falência das Usinas do Brejo paraibano contribuiu, em longo prazo, e depois de lutas, para a recampesinização da região a partir de um processo de estabelecimento de ex-trabalhadores rurais, ex-meeiros e ex-arrendatários na terra. Segundo Malagodi e Araújo (2005), a formação de assentamentos no Brejo paraibano engendrou um processo de mudança vivido pelas famílias de trabalhadores rurais que passaram da situação tradicional (assalariados ou moradores) para proprietários e pequenos produtores.

Na região, um Fórum dos Assentados foi criado. Ele conta com a assessoria da ONG denominada SEDUP (Associação de Educação Popular) e de diversos movimentos sociais (MST, CPT, MPA¹⁵), com o propósito de aprimorar suas ações junto com os assentados e prestar apoio a outros assentamentos da região. O movimento de luta pela terra desembocou na criação de quatorze assentamentos.

11. Constituiu-se um fórum de organizações de agricultores familiares, ONG's, pastorais sociais, paróquias e grupos diversos, voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável do semiárido paraibano (DINIZ, 2007).

12. Atualmente 16 municípios formam o Pólo: Solânea, Casserengue, Arara, Remígio, Esperança, Areial, Montadas, São Sebastião de Lagoa de Roça, Lagoa Seca, Alagoa Nova, Matinhas, Massaranduba, Queimadas, Soledade, Juazeirinho, Cabaceiras.

13 Na verdade, muitas usinas nordestinas decretaram falência e figuram entre os maiores credores, a nível nacional, do Banco do Brasil (MOREIRA e TARGINO, 1997).

14. Os trabalhadores iniciaram um movimento para obter o pagamento dos direitos trabalhistas, a partir de seus sindicatos e com o apoio da Igreja Católica (principalmente a paróquia de Pilões), do SEDUP e de lideranças locais. O movimento adquiriu força e a reivindicação das dívidas trabalhistas foi substituída pela desapropriação das terras da Usina para implantação de assentamentos. Depois de anos de lutas e conflitos, os ex-trabalhadores conseguiram a efetivação do processo de desapropriação. Em 1997 foram desapropriados 4.040 hectares e implantados nove assentamentos (MALAGODI e ARAÚJO, 2005).

15. Respectivamente, Movimento dos Sem Terra, Comissão Pastoral da Terra e Movimento dos Pequenos Agricultores.

Enfim, em 2003, a criação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável da Borborema pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/SDT) constituiu condições favoráveis para uma aproximação do pólo sindical da Borborema e do Fórum dos assentados (PIRAUX, BONNAL, 2008).

6. CONCLUSÃO

O Agreste paraibano caracteriza-se pela presença forte da agricultura familiar, marcada por uma diversidade de condições ecológicas, sociais e geográficas que possibilitaram a diversificação de sistemas produtivos agropecuários. A trajetória da agricultura familiar agrestina é caracterizada por momentos de retração e expansão, relacionados ao predomínio de monoculturas que está ligada à vontade dos donos de terra em permitir a instalação dos pequenos agricultores. Este processo de emergência da agricultura familiar no Agreste está, de fato, relacionado às brechas deixadas pelas grandes plantações, que permitiam, ao mesmo tempo, momentos de descampesinização e recampesinização, de acordo com a longevidade dos mesmos.

O nosso trabalho confirmou as nossas hipóteses. Primeiramente, os processos de campesinização, descampesinização, recampesinização estão diretamente ligados aos processos de intervenção do Estado, das políticas públicas, da estratégia dos atores locais e das especificidades geográficas do Agreste. Mas vale ressaltar que não tivemos, no quadro deste trabalho, e fora do caso dos anos 70 e 80, a possibilidade de confirmar essas evoluções com dados dos censos.

Constatou-se também que, a trajetória nacional de intervenção do Estado central se refletiu ao nível local. Assim, os recortes temporais foram pertinentes para entender essa trajetória e, mais precisamente, a descampesinização e a marginalização da agricultura familiar em decorrência principalmente, do peso da dominação político-fundiária e do mercado internacional da primeira República até o gol-

pe militar (1964); e pelo fortalecimento da modernização, da pecuarização da região e do processo de concentração fundiária de 1964 até o fim do período militar. De 1985 até hoje, modelos alternativos de produção agrícola tiveram a possibilidade de ser desenvolvidos. A redemocratização do Brasil marca, de fato, uma ruptura profunda, permitindo um processo de recampesinização forte com relação à criação de assentamentos rurais e a implementação de políticas públicas adequadas à realidade dos agricultores familiares nordestinos. E mais que uma recampesinização, foi um real fortalecimento social e institucional da agricultura familiar, na sua capacidade de propor um modelo original e mais autônomo de desenvolvimento rural. Uma mudança fundamental aconteceu assim nesta época. Com isso, as experiências locais foram capazes, como no caso da ASA, da convivência com o semiárido e do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), de reverter o movimento de cima para baixo que tinha marcado sempre o desenvolvimento da região para um desenvolvimento mais endógeno e territorial, criando as condições de uma real ação pública. Mas não quer dizer que os antigos elementos estruturantes da região desapareceram. A concentração fundiária, a manutenção do clientelismo e do paternalismo e até a luta entre modernização clássica e agroecologia são a herança da história da região. A recente especialização de alguns estabelecimentos rurais com o fumo ou a laranja prefigura novos ciclos de cultivos ou será só estratégia de diversificação deles... ainda os mesmos desafios permanecem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. C. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986.
- BONNAL, P. (org.). Construção do estado e trajetória de evolução das políticas agrícolas no Brasil (1889-2008): dinâmicas nacionais e regionais. CPDA, R. Janeiro, 2008. (Document de travail du projet PROPOCID, 03/08).

- BONNAL, P.; TONNEAU, J. P., DINIZ, P.; SIDERSKY, P. As dinâmicas sociais locais em auxílio às políticas públicas: caso do município de Lagoa Seca no Agreste paraibano. In: TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (Org.). Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais. Porto Alegre: EDUFRGS, 2007.
- BURSZTYN, M. O. Poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CARTAXO, M. A. Campina Grande: a problemática do comércio de leite e a formação de sua bacia leiteira. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1980
- CHALOULT, Y. Uma política de legitimação do Estado e rearticulação da pequena produção rural. Revista Raízes, n. 4-5, 1985.
- DINIZ, P. C. Da experimentação social ao “experimentalismo institucional”: Trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil - experiências no Semi-Árido. Tese de doutorado em sociologia. PPGS/UFPB-UFCG. Campina Grande. 2007
- FERNANDES, M. A. F. A irracionalidade da racionalização: estudo crítico dos conteúdos, práticas e resultados do “GAT” na Paraíba. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural), Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1995, 156p.
- LEITE, P. S. Opções para o desenvolvimento rural do Nordeste. Revista Econômica do Nordeste, v. 16. nº2, 1985.
- MAHONEY, J. Path-dependent explanations of regime change: Central America in comparative perspective. Studies in Comparative International Development. Vol. 36, nº1, 2001, p 111-141.
- MALAGODI, E. A.; ARAÚJO, P. L. A organização da produção e os desafios do desenvolvimento nas áreas de assentamentos de reforma agrária. In: DUQUÉ, G. et al. Agricultura familiar: a diversidade das situações rurais. Campina Grande: GPAF/PPGS/UFCG, 2005. CD-ROM.
- MEDEIROS, M. C. Relações de trabalho: a mão-de-obra indígena na Paraíba. Revista de Ciência e História, n. 3, 1990.
- MIRANDA, R. N. Avaliação do Polonordeste. Revista Econômica do Nordeste, v. 21, n. 1, 1990.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. Capítulos de geografia agrária da Paraíba. João pessoa: EDUFPB, 1997.
- NOBRE, G. E. A trajetória do sindicalismo rural na Paraíba. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural), Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1990.
- NORTH, D.C. Institutions, Institutional Change and Economic Performance. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.
- PIRAUX, M.; BONNAL, P. Projetos coletivos de desenvolvimento territorial no entorno de Campina Grande (PB). O elo faltante da multifuncionalidade da agricultura familiar. Estudos sociedade e Agricultura, 16, 2, UFRRJ, 2008, p 262-292.
- RAMALHO, D. M. S. A pobreza, um problema da sociedade moderna: debate teórico. Cadernos de Ciências Sociais, nº 3, 1992.
- SILVA, R. M. A. Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília (DF), 2006.
- SOUSA, J. E. A pecuária leiteira no Estado da Paraíba.

ba: um estudo sobre a bacia leiteira de Campina Grande. Dissertação (Mestrado em Economia Rural), Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1994.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). Agricultura familiar: realidade e perspectivas. Passo Fundo: EDUPF, 1998.